

ASSENTAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP: UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO OU DE COMPENSAÇÃO SOCIAL?

Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Geógrafa, Pós Graduação em Geografia Unesp/Campus de Presidente Prudente – Analista de Desenvolvimento Agrário – Fundação Itesp
elianemazzini@yahoo.com.br

Existem atualmente na região do Pontal do Paranapanema 101 (cento e um) assentamentos de trabalhadores rurais, com mais de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) famílias assentadas¹. Dos 26 (vinte e seis) Municípios que compõem a 10ª Região Político-Administrativa de Pres. Prudente, dentro da qual está inserida a região do Pontal do Paranapanema, 15 (quinze) possuem assentamentos rurais, o que equivale dizer que mais de 50% dos municípios da região apresentaram transformações em sua estrutura fundiária com impactos diretos e indiretos sobre as dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Embora alguns assentamentos da região existam a mais de vinte anos, desconhecemos a existência de pesquisas que tenham por objetivo analisar se a implantação destes assentamentos em *seu conjunto* promove o desenvolvimento regional ou se representam apenas medidas de políticas compensatórias, com a função de corrigir desequilíbrios de mercado, para permitir a reprodução do sistema social, sem, contudo alterá-lo significativamente.

Sabe-se que os assentamentos estão no âmbito das políticas públicas. Enquanto *política* é marcado pelo conflito, pela oposição e pela contradição de interesses, interesses que podem ser negociados. No entanto, política também é poder... desequilibrado que expele os meios dos mais poderosos e reduz as chances dos mais fracos. (Abranches, 1994:10)

É neste contexto que surgem os assentamentos rurais, numa luta desigual, onde a ação governamental reflete escolhas em um quadro de conflitos. Ainda que não represente um amplo programa de desenvolvimento regional, a política de implantação de assentamentos rurais foi a única na Região do Pontal do Paranapanema, capaz de distribuir renda, desconcentrar a propriedade da terra e gerar emprego e sustento no meio rural, com reflexos diretos e indiretos sobre o meio urbano. Daí o questionamento: os assentamentos rurais estão no âmbito das políticas de desenvolvimento ou de compensação social?

Visando responder esta questão, sentimos a necessidade de revisitar os conceitos de território e de desenvolvimento, embora não tenhamos a intenção, neste primeiro momento, de evoluir nessa perspectiva, acreditamos que estes parâmetros conceituais possam nos

¹ Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – maio de 2005.

auxiliar no estudo dos impactos socioeconômicos, políticos e ambientais da implantação dos assentamentos na região.

A formação dos assentamentos constitui um novo território de abrangência multidimensional de luta pela terra e pela reforma agrária, marcado pela contradição de um dialético movimento de desterritorialização dos latifúndios e territorialização dos camponeses, num processo dinâmico transformado continuamente pelas relações sociais e as intencionalidades dos sujeitos. (Raffestin, 1993: 143).

O desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, caracteriza-se pela inclusão de um projeto social, que atribua o mesmo valor às dimensões sócio-cultural, política, econômica e natural, que possa ser chamado de *desenvolvimento multidimensional* e não apenas setorial, cujo objetivo principal seja a melhoria nas condições de reprodução e manutenção de vida de todas as espécies de modo sustentável. Nos assentamentos o caráter *multifuncional da agricultura* pode reforçar a noção de sustentabilidade que deve orientar os projetos de desenvolvimento rural, no qual uma preocupação cada vez maior com o meio ambiente, com a diversificação da produção, e valorização do trabalho familiar se faça presente.

Metodologicamente, através de pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e coleta de dados, procuraremos entender o processo de territorialização dos assentamentos de forma multidimensional, sem no entanto, fragmentá-lo, para poder assim contribuir na compreensão do processo de transformação do espaço geográfico.

Este trabalho ainda está em fase inicial, os resultados da análise ainda são prematuros, no entanto, podemos afirmar que nenhuma outra política governamental implantada até o momento na região, gerou condições de reinserção de milhares famílias no mercado de trabalho. Nenhum outro setor da economia criou condições semelhantes de geração de emprego e renda. Quanto às políticas compensatórias, acreditamos que podem gerar desenvolvimento, desde que estas sejam afirmativas, que não impessam a participação do indivíduo na construção de sua própria história, que não gere simplesmente a dependência e a apatia. Neste caso, as políticas de implantação de assentamentos rurais, ao permitir o acesso a terra e a outras ferramentas de produção, oferecem mais que uma simples compensação, oferecem a possibilidade de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. et all. *Política social e combate à pobreza*. RJ. J. Z. Editor, 1994.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. RJ. Bertrand Brasil, 2004.
- LEITE, Sérgio Pereira. *A face econômica da Reforma Agrária*. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Mestrado), Rio de Janeiro, 1992. 262p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Atica, 1993.

ASSENTAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP: UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO OU DE COMPENSAÇÃO SOCIAL?

Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Geógrafa, Pós Graduação em Geografia Unesp/Campus de Presidente Prudente – Analista
de Desenvolvimento Agrário – Fundação Itesp
elianemazzini@yahoo.com.br

Hay actualmente en la región de Pontal do Paranapanema 101 (ciento e uno) asentamientos de trabadores rurales, un mal de 5400 (cinco mil cuatrocientos familias) fijadas². De los 26 (vinti seis) municipios que forman (componen) la 10ª Región Política Administrativa de Pres. Prudente, dentro de la mal esta inserida la región del Pontal do Paranapanema, 15 (quince) finen asentamientos rurales lo que equivale a decir que mal de 50% de los municipios de la región presentaran transformaciones en su estructura fundiária con impactos directos e indirectos sobre tal políticas, económicas, sociales y ambientales.

Aunque algunos asentamientos de la región enastan hace mas de veinte anos, desconocemos la existencia de pesquisas de tengan por objeto analizar si la implantación de estos asentamientos en su *conjunto* promueve el desenvolvimiento regional o si representan apenas medidas políticas compensadoras, con la función de corregir desequilibrios de mercado, para preemitir la reproducción del sistema social sin a pesar de todo alterarlo de forma significativa.

Se sabe que los asentamientos están en el ámbito de las políticas públicas. Cuando política, marcase por la contradicción de intereses que pueden ser negociados. No obstante, política también es poder... desequilibrado que expone los medios de las mas poderosos y reduce tal oportunidades de los may frágiles. (Abranchos 1994:10)

Es dentro de este contexto que surgen los asentamientos rurales, en una lucha desigual donde las unción gubernamental refleja escojas en un cuadro de conflictos. Aunque no represente un programa amplio de desenvolvimiento regional, la política de implantación de asentamientos rurales fue la única en la región de Pontal do Paranapanema, capaz de distribuir renda, desconcentrar la propiedad de la tierra, y generar empleos y sustentó en el medió rural, con reflejos directos e indirectos sobre el medió urbano. Surge la pregunta: los

² Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – maio de 2005.

asentamientos rurales están en el ámbito de las políticas de desarrollo o de compensación social?

Visando responder esta cuestión sentimos la necesidad de visitar los conceptos de territorio y desarrollo, aunque no tengamos la intención en este primer momento de evolucionar en esa perspectiva, acreditamos que estos parámetros conceptuales nos puedan ayudar en el estudio de los impactos socioeconómicos, políticos y ambientales de la implantación de los asentamientos en la región.

La formación de los asentamientos constituye o abarido multidimensional de un nuevo territorio de la lucha por la tierra y por la reforma agraria, marcado por la contradicción de un movimiento dialéctico de destirralización de los latifundios y territorialización de los campesinos en un proceso dinámico transformado continuamente por las relaciones sociales y las intencionalidades (intenciones) de los sujetos. (Raffestin 1993:143)

El desarrollo no es sinónimo de crecimiento económico, caracterizado por la inclusión de un proyecto social que atribuya el mismo valor a las dimensiones socio-cultural, política, económica y cultural, que pueda clamarse de desenvolvimiento multidimensional y no apenas sectorial cuyo objetivo principal sea la mejoría en las condiciones de reproducción y manutención de la vida de todas las especies de modo sustentable. En los asentamientos el carácter multifunción al de la agricultura puede reforzar la noción de sustentabilidad que desee orientar los proyectos de desarrollo rural en el cual una preocupación cada vez mayor con el medio ambiente, con la diversificación de la producción y valorización del trabajo familiar, se haga presente.

Metodológicamente a través de pesquisa bibliográfica, trabajo de campo y colecta de datos, procuraremos entender el proceso de territorialización de los asentamientos de forma multidimensional, sin entretanto, fragmentarlo para poder contribuir así, a la comprensión del proceso de transformación del espacio geográfico.

Este trabajo todavía está en su fase inicial, los resultados de análisis aún son prematuros, entretanto, podemos afirmar que ninguna otra política gubernamental implantada hasta el momento en la región produjo condiciones en el mercado de trabajo. Ningún otro sector de la economía creó condiciones semejantes de generación de empleo y renta. Cuanto a las políticas compensatorias (compensadoras) creemos que pueden crear desenvolvimiento desde que estas tengan afirmativas que no impidan la participación del individuo en la construcción (formación) de su propia historia, que no genere simplemente la dependencia y la apatía. En este caso, las políticas de implantación de asentamientos rurales al permitir el acceso a la tierra y a otras herramientas de producción ofrecen más que una simple compensación, ofrecen la posibilidad de desenvolvimiento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. et all. *Política social e combate à pobreza*. RJ. J. Z. Editor, 1994.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. RJ. Bertrand Brasil, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira. *A face econômica da Reforma Agrária*. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Mestrado), Rio de Janeiro, 1992. 262p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Atica, 1993.